

Amazônia e crise ambiental: perspectivas a partir do pensamento latino-americano

Tássia A. Gervasoni¹
Rafaela Rovani de Linhares²

Introdução

Ao se verificar as repercussões da chamada crise ambiental global e seus efeitos, aumentam-se os desafios em busca de atitudes que representem a mitigação em torno da degradação ambiental que vem ocorrendo em todo o planeta. Por esse motivo, o desafio da sustentabilidade é tarefa permanente do século XXI e mobiliza os mais diversos campos de conhecimento, como o direito, a política, a ecologia, a economia, dentre outros.

Nessa perspectiva, os efeitos decorrentes do desmatamento da floresta amazônica, bem como a necessidade de sua manutenção são enfoques que, cada vez mais, pautam as discussões internacionais acerca da preservação desse bioma. Ocorre que, em que pese a crise ambiental ser global, reforça-se a importância de uma abordagem voltada para perspectivas latino-americanas de enfrentá-la, considerando o potencial de recursos naturais concentrados nessa região.

Com base nesses temas, o problema de pesquisa corresponde à seguinte indagação: no contexto da crise ambiental global, como as estratégias baseadas no pensamento latino-americano contribuiriam para a preservação da Amazônia? Para tanto, o trabalho objetiva avaliar de que forma as estratégias baseadas no pensamento latino-americano contribuem para a preservação do ecossistema amazônico.

A hipótese de pesquisa sugere, provisoriamente, que o fortalecimento de lideranças locais e de estratégicas com ênfase nos países latino-americanos constitui um projeto viável

¹ Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com período sanduíche na Universidad de Sevilla (Espanha). Mestre e Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora de Direito Constitucional. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado em Direito na Atitus Educação. Coordenadora do Projeto e Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais, Democracia e Desigualdade, vinculado ao CNPq. Brasil. E-mail: tassia.gervasoni@atitus.edu.br

² Graduada e Mestre em Direito pela Atitus Educação, com bolsa PROSUP/CAPES. Integrante do Projeto e Grupo de Pesquisa em Direitos Fundamentais, Democracia e Desigualdade, vinculado ao CNPq. Membro do TMA Brasil. Pesquisadora do Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial. Advogada na Biolchi Empresarial. Brasil. E-mail: rafaelarovani@hotmail.com

para a preservação do ecossistema amazônico. Nesse sentido, assinala-se a necessidade de que, além da atuação dos Estados, também sejam articulados o fortalecimento e a integração das demais estruturas e organizações dos países da América Latina, para que desenvolvam suas estratégias de preservação com autonomia e devida proteção ambiental.

Os objetivos gerais do trabalho são: a) verificar como o fenômeno da crise ambiental global e as discussões em torno da Amazônia repercutem nos países latino-americanos; b) questionar a colonialidade dominante presente na América Latina, atribuindo ênfase à ideia de um pensamento decolonial; c) avaliar, diante da crise ambiental global, perspectivas de estratégias latino-americanas para a preservação da Amazônia.

O trabalho será desenvolvido por meio do método de abordagem dedutivo, pois partirá da análise de categorias gerais para, no decorrer da pesquisa e aprofundamento do estudo dessas categorias, especificá-las e inseri-las em perspectivas mais concretas. Como técnica de pesquisa será empregada a documentação indireta, por meio da pesquisa bibliográfica.

A crise ambiental global e o problema do desflorestamento na Amazônia brasileira

Atualmente, diversos domínios da vida contemporânea têm sido caracterizados por uma situação de crise, seja no campo da economia, da política, nos campos social ou ambiental, o fato é que se fala que a modernidade vive tempos de crise³. Especialmente nesse cenário de crises, a complexidade da crise ambiental global e seus efeitos aumentam os desafios em busca de soluções ou de alternativas para a degradação ambiental sofrida pelo planeta ao longo dos anos⁴.

³ Ferrajoli (2015, p. 147-148) contextualiza as razões da crise e aponta como os principais motivos, dentre outros, a falta de introdução das garantias dos direitos estabelecidos nas várias cartas e convenções, bem como a falta de instituições do Estado à altura dos novos poderes e problemas globais. O autor explica que é precisamente a crise econômica que ocorre em todos os países do ocidente, gerada pela desregulação financeira, o principal fator moderno de crise: “[...] De um lado, o papel de governo da política nas formas de representação democrática e o papel normativo de direito estatal são esvaziados pela perda de soberania dos Estados, pela crise de representatividade dos partidos, pelo conflito de interesses e pela sobreposição, aos poderes públicos, dos poderes econômicos e financeiros de caráter transnacional. De outro lado, está desenvolvendo-se um processo desconstituente dos nossos ordenamentos que se manifesta no progressivo desmantelamento do Estado social, na redução dos serviços sociais e das garantias da educação e da saúde, no crescimento da pobreza, da precariedade do trabalho e do desemprego [...]”.

⁴ “Vive-se a iminência pressentida de uma catástrofe global dos modos de existência, a catástrofe das formas de civilização, desequilíbrios ambientais que colocam risco a continuidade da vida. Parece não haver ponto de apoio, pois se deterioram progressivamente as relações individuais e coletivas em meio a comportamentos motivados

As reflexões em torno da crise ambiental, bem como os desafios que seus impactos repercutem na vida humana têm gerado discussões acerca da importância da preservação da Terra, que constitui um grande e único ecossistema. Conforme essa consciência é desenvolvida, tem-se a noção de que determinado impacto ou determinada deterioração ambiental em um local do planeta pode repercutir em outro local distante. Por isso, deve-se ter clareza de que as questões ambientais atingiram, especialmente no decorrer dos últimos anos, dimensões globais.

A pesada ameaça que uma economia descontrolada exerce na capacidade de sobrevivência da humanidade induz à problematização do atual padrão de consumo marcado pelo crescimento econômico duradouro em detrimento da capacidade regenerativa dos ecossistemas (Touraine, 2010, p. 55). Em outras palavras, a atual insustentabilidade do sistema econômico e do consumo sem limites remetem à preocupação central de que a recuperação do planeta é imprescindível à vida humana na Terra.

Na medida em que se passou de um crescimento técnico à consciência da existência de um risco mortal induzido pela aceleração do efeito estufa, pela dispersão na atmosfera de uma quantidade superior de CO₂, pelo risco de inundações devido ao derretimento de geleiras e, globalmente falando, pelo aumento da temperatura no planeta, a ecologia política assumiu relevância na geopolítica global. Desse pensamento, extrai-se que, sem que sejam tomadas decisões globais e sem que haja uma mudança no atual padrão de consumo, não há como garantir a sobrevivência das mais diversas formas de vida terrestres (Touraine, 2010, p. 55).

A racionalidade da modernidade converteu a natureza em objeto do progresso e incremento do poder, favorecendo e orientando a planificação capitalista à expansão global e fundando ilusões de vida que se esgotam em consumo e posse (Gervasoni, 2017, p. 144). Contudo, essa mesma modernidade impulsionada pelo consumo sem medidas vê sua própria sobrevivência ameaçada pela escassez de recursos naturais.

Com efeito, o fenômeno da crise ambiental global foi reconhecido formalmente na agenda política internacional na Conferência sobre o Meio Ambiente, convocada em 1968 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e celebrada em Estocolmo (1972). Nesse contexto, deve ser destacada a preocupação central da conferência, com o esgotamento dos recursos

unicamente pela vaidade que só fazem ampliar o vazio de uma cultura que vê desaparecer, junto a diversas espécies animais e vegetais, a solidariedade” (Gervasoni, 2017, p. 145).

naturais, resultado de um elevado nível de consumo presente na sociedade do norte global influenciada pelo capitalismo (Estenssoro, 2019, p. 20).

O desenvolvimento da biosfera e a manutenção da vida na Terra estão em risco. Sob essa perspectiva, a crise ambiental pode ser compreendida como resultado do próprio crescimento econômico e elevado nível de qualidade e padrão de vida alcançado pelo mundo desenvolvido, bem como pela altíssima industrialização desses países. Ocorre que, esse ideal econômico que acaba com os recursos naturais em prol de um suposto crescimento, embora seja característico dos países altamente industrializados, traz consigo efeitos devastadores nas mais diversas partes do mundo⁵.

Como exemplo ilustrativo, na região de Puno, no altiplano peruano, a 4.200 metros de altura, os habitantes de Ajoyani enfrentam o frio a cada ano mais extremo (temperaturas de até menos 20 graus), como resultado da mudança climática. Para as famílias desta localidade, onde 48% vivem em situação de pobreza, a perda de vários animais significa menos renda e pior alimentação (El Pais, 2019).

Por outro lado, diante de determinadas variáveis da crise ambiental, tais como a mudança climática e a perda da biodiversidade, existem ecossistemas extremamente significativos em âmbito planetário, como é o caso da Amazônia, localizada na América Latina. Sua importância pode ser visualizada em relação à variável da mudança climática. A Amazônia é conhecida como “pulmão do mundo” pela conservação e preservação dos principais escoadouros de gás carbônico. Além disso, a Amazônia possui cerca de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, sendo identificada como uma das principais massas florestadas do globo (Estenssoro, 2019, p. 127).

Contudo, principalmente diante da relevância que esse ecossistema tem para a superação da crise ambiental, o destino da Amazônia tem sido cada vez mais questionado por movimentos sociais e pela mídia nacional e internacional. A projeção geopolítica tem se complicado principalmente para o Brasil, que possui a maior proporção do ecossistema amazônico, detendo 66% da área total⁶ (Estenssoro, 2019, p. 127).

⁵ “[...] ‘Quem mais sofre com a mudança climática é quem menos a provocou’, salienta Norman Martín Casas, assessor de programas nacionais da Oxfam Intermón. Para esta organização, trata-se de uma crise de desigualdade. ‘Nos países onde trabalhamos, as pessoas já são vulneráveis e sofrem com maior virulência os impactos do clima. E enfrentam isso com escassez de recursos para se adaptar’” (El Pais, 2019).

⁶ Nesse sentido, deve-se ter presente que: “A Amazônia é um lugar único. A floresta se estende por oito países e a Guiana Francesa, representando 1/20 da superfície do Planeta Terra. A floresta tropical sul-americana é o lugar onde vivem 1,8 milhões de espécies de plantas, animais e micro-organismos, englobando um terço da área

Na medida em que os dados de desmatamento dessa área têm aumentado substancialmente nos últimos tempos, o Brasil tem sua soberania questionada em relação à Amazônia. De acordo com dados registrados pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), no mês de junho de 2019 as áreas de alerta de desmatamento e degradação da Amazônia legal equivaleriam a 2.072,03 km². O DETER, vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), é responsável pela emissão de alertas de desmatamento e degradação florestal na Amazônia Legal, baseado em dados de satélites de alta frequência (Inpe, 2019).

Ainda com base em dados divulgados pelo DETER, as áreas de desmatamento de corte raso nos meses de abril, maio e junho de 2019 acumulam o total de 1.907,1 km². Por outro lado, em 2018 foram registrados 1.528,2 km² no mesmo período, o que assinala o crescimento de 24,8% das áreas desmatadas em 2019. A repercussão desses últimos acontecimentos na floresta Amazônica, principalmente com as queimadas na extensão brasileira do ecossistema, gerou debates em âmbito internacional (Inpe, 2019).

Os dados oficiais apresentados pelo INPE, em 18 de novembro de 2019, estimaram a taxa de desmatamento para os nove estados da Amazônia Legal Brasileira em 9.762 km² para o período de agosto de 2018 a julho de 2019. Esse valor representa um aumento de 29,54% em relação à taxa de desmatamento apurada pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) em 2018 que foi de 7.536 km² (Inpe, 2019).

Nesse sentido, o presidente da França, Emmanuel Macron, foi um dos primeiros a alertar que o Brasil precisa adotar medidas capazes de combater o desflorestamento. Contudo, embora realmente o Brasil precise mudar suas políticas que contribuem para o desmatamento, vale o destaque à ressalva feita pela Oxfam Brasil, no sentido de que os países do G7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo, entre eles a França) são historicamente responsáveis pela crise climática e por isso precisam também fazer a sua parte. Segundo aponta a Oxfam, os membros do G7 não estão fazendo o suficiente para cortar emissões de gases do efeito estufa ou ajudar os países mais pobres a se adaptarem para as consequências da crise climática (Oxfam, 2019).

Obviamente, com o avanço do debate sobre a crise ambiental e a notoriedade com que as práticas de desmatamento aparecem nas mídias nacional e internacional, as preocupações

tropical de florestas. Além disso, é o lugar mais biodiverso do mundo, onde se pode encontrar a bacia hidrográfica mais importante do planeta, com 17% de toda a água doce existente” (Bezerra, 2012, p. 534).

com a preservação do ecossistema da Amazônia – considerada sua importância para sustentar o equilíbrio ecológico do planeta – aumentaram significativamente. Todavia, é importante referenciar que os problemas de degradação ambiental não derivam somente dos incêndios na Amazônia, já que em praticamente todo o mundo ocorrem fatos determinantes para o agravamento dos impactos.

Por exemplo, uma das maiores catástrofes ambientais ocorreu em 2002, na Europa. Um velho navio petroleiro chamado Prestige, carregado com 70.000 toneladas de óleo, navegava pelo Atlântico em plena tempestade, a 50 quilômetros da costa da Galícia, quando sofreu uma rachadura em seu casco ocasionando um derramamento de óleo que se estendeu até a França e poluiu 2.000 quilômetros de litoral⁷. Vale mencionar que, passados doze anos da tragédia, o caso segue sendo discutido nas instâncias judiciais espanholas e empresas relacionadas com o barco ainda não pagaram indenizações. Especialistas indicaram que o dano ambiental foi revertido graças à capacidade regenerativa da natureza (El País, 2019). A questão que se coloca é, entretanto, até quando essa capacidade de se regenerar do planeta suportará os impactos ambientais que vem sofrendo?

No tocante ao tema do aquecimento global, a *World Resources Institute* (WRI) elaborou dois gráficos mostrando a trajetória de emissão de gases do efeito estufa dos países que mais contribuíram no passado e dos que mais contribuem hoje para as mudanças climáticas globais. Os gráficos indicam que os maiores emissores são os países ocidentais industrializados, como Estados Unidos e países europeus. Também é possível observar o crescimento econômico, e consequentemente das emissões, da China. O estudo, que apontou dados desde 1850 até 2016, mostra que os Estados Unidos sempre se mantiveram como o país que mais emite gases de efeito estufa por ano. Além disso, China, Rússia, Índia, Alemanha e Japão são países que aparecem entre os maiores emissores (Wri Brasil, 2019).

Outros dados alarmantes foram divulgados em 2019 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), vinculado às Nações Unidas, ao realizar um relatório analisando a mudança climática e o derretimento das geleiras. De acordo com o documento,

⁷ Sobre o assunto, desde 30 de agosto de 2019, data em que ocorreu o derramamento de óleo petrolífero no litoral nordestino brasileiro, o país enfrenta diversos problemas ambientais decorrentes do acidente. O óleo, que inicialmente atingiu a costa nordestina, decorridos três meses, passou a atingir a região sudeste do país, onde foram verificadas manchas de óleos no litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro. Segundo apontam oceanógrafos e químicos, os impactos do óleo derramado no mar podem durar décadas, ocasionando a contaminação e morte de diversas espécies animais, além do risco de contaminação das pessoas nas praias (Bbc, 2019).

até o ano de 2100, se nada for feito em termos de preservação ambiental, o aumento do nível do mar pode alcançar até um metro de altura, acarretando a retirada de milhões de moradores de ilhas e guardas costeiras (G1, 2019).

Diante da emergência de novos arranjos políticos, sociais e econômicos de que depende a sobrevivência da humanidade, especialmente pela complexidade de demandas e articulações que as questões ambientais reivindicam, intensificam-se as pressões sobre os recursos naturais em diversas regiões do planeta. E, como se sabe, na América Latina encontram-se ecossistemas importantes e significativos para a manutenção da vida terrestre, como é o exemplo da Amazônia, que se transformou em uma zona geográfica estratégica na geopolítica ambiental global.

A questão da colonialidade por detrás da crise ambiental: perspectivas para o pensamento decolonial

Feitas algumas considerações acerca das preocupações ambientais atuais e as tensões decorrentes da importância que o ecossistema amazônico representa para a manutenção da vida terrestre, é necessário pontuar algumas considerações sobre a abordagem dessa crise ambiental global e a forma colocada como um problema pretensamente mundial pelas leituras eurocêntricas e norte-americanas, sobretudo numa lógica de colonialidade⁸, que segue oprimindo, concentrando riquezas e aprofundando as desigualdades sociais⁹.

Quando se apresenta um paradigma de crise, deve-se ter em conta a sua estreita relação com a modernidade¹⁰. Todavia, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas

⁸ A colonialidade “[...] se refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante. Se o colonialismo termina, a colonialidade se propaga de diferentes formas ao longo do tempo” (Tonial; Maherie; Junior, 2017, p. 19).

⁹ Milanovic (2017, p. 14) explica que: “As mudanças verificadas em termos de desigualdade no mundo refletem a ascensão, estagnação e declínio econômico (e frequentemente político) dos países, as alterações nos níveis de desigualdade dentro dos países e as transições de um sistema social ou regime político para outro. A ascensão da Europa Ocidental e da América do Norte na sequência da Revolução Industrial deixou a sua marca na desigualdade do mundo, intensificando-a”.

¹⁰ “Em primeiro lugar, é preciso ter presente que ‘uma crise é [...] uma crise de sentido e conseqüentemente do valor de todas as coisas. É todo o sentido do mundo do passado, sobretudo, se sua forma moderna, que está sendo posto em questão’. É pelo que passa a modernidade, por todo um novo debate acerca de sua significação e contribuição para a antropogênese. Vive-se, atualmente, uma crise cultural que, desnudada, é uma crise contra a razão, contra a ilustração, contra a modernidade, para resumir tudo a uma palavra” (Gervasoni, 2017, p. 141).

como experiências e produtos exclusivamente europeus. Por meio do eurocentrismo, a elaboração do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder colonial/moderno, capitalista e eurocentrado (Quijano, 2005, p. 123).

Nesse contexto, o eurocentrismo desenvolveu-se como uma perspectiva de conhecimento que se tornou mundialmente hegemônica, colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa quanto no resto do mundo. Nessa lógica de pensamento colonial dominante, o processo de independência da América Latina não foi em direção ao desenvolvimento, pois a estrutura do poder foi e ainda segue estando organizada ao redor do eixo colonial. Em outras palavras, a colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania e a nação¹¹ (Quijano, 2005, p. 123).

De fato, a explicação de Mignolo (2006, p. 9) parece acertada, quando o autor indica que a América Latina, além de um subcontinente, foi projeto de uma elite crioula e mestiça que ganhou a independência de Portugal e da Espanha, em cumplicidade com o mercado britânico, o republicanismo francês e a filosofia alemã. Por isso, deve-se ter em mente que a maioria dos problemas relacionados à incapacidade de findar essa relação de subordinação na América Latina é retrato do êxito imperial no manejo da colonialidade do saber.

Com efeito, é difícil de imaginar o fim da colonialidade nos países latino-americanos, já que o processo histórico que resultou na independência desses países, na verdade, prova que o colonialismo se manteve mesmo depois dos processos de independência, inclusive se agravando em alguns casos. Conforme aduz Quijano (1992, p.11-14), o colonialismo foi “uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes”. Se politicamente esse modo específico de dominação foi suplantado pela história, a relação de dominação ainda persiste no que diz respeito à exploração, à distribuição de recursos e à hegemonia cultural, mas, principalmente, persiste “em uma

¹¹ “*Es más, a nivel externo y en relación a cómo Occidente trata al otro, al extranjero o al extraño, el grado de asimetría y desigualdad que establece internamente, de puertas a dentro por razones de clase, etarias y de género, las acentúa, incorporando nuevas jerarquías de puertas a fuera, más allende sus fronteras. La discriminación, la marginación y la inferiorización por medio de la división social, cultural, racial, etaria, territorial, de clase y étnica del hacer, del poder, del ser y del saber humanos – establecida por el modo de producción capitalista moderno-patriarcal y sus modelos de desarrollos basados en el mercado y la propiedad privada de avariciosos –, se incrementa estructuralmente entre quienes son considerados occidentales o afines y quienes lo son condicionalmente o deficientemente*” (Rubio, 2015, p. 184).

colonização do imaginário dos dominados”, constituindo um modo ainda mais amplo de dominação.

Essas noções são apresentadas para que se tenha presente que, assim como o processo de colonização dos povos europeus sobre os povos latino-americanos, o paradigma de crise ambiental global tem sido imposto pelo pensamento eurocêntrico e norte-americano dominantes, com o objetivo de causar a impressão de que a América Latina e os países do sul-global em geral têm a mesma parcela de “culpa” que os países do norte-global na degradação ambiental.

Desse modo, ao tentar homogeneizar a responsabilidade da crise em toda a humanidade, instituindo a crise ambiental como de raiz antropogênica, sem distinguir que não é toda a espécie humana sua causadora, os países do norte facilitam o estabelecimento de medidas de gestão de acordo com seus interesses, impondo sua lógica de raciocínio cultural dominante no debate ambiental para não perder seu poder hegemônico sobre os países do Sul (Estenssoro, 2019, p. 168).

Nessa linha de pensamento, o apocalipse ecológico é a tradição de uma imagem criada pelo Ocidente e pela América do Norte, maiores responsáveis pela crise ambiental global. O poder dos países ocidentais se manifesta por meio de uma estrutura de dominação, sobretudo numa perspectiva cultural, de modo que evitam que os demais países se concentrem em analisar as misérias e injustiças que dia após dia padecem milhões de habitantes do planeta, sustentando o modo de vida e hegemonia dos países desenvolvidos (Estenssoro, 2019, p. 181).

Como alternativa à imposição da colonização e à relação de poder entre dominantes e dominados que marca as estruturas dos países latino-americanos, o enfrentamento à colonialidade, caracterizado por um pensamento decolonial, surge para contextualizar a importância da integração desses países como forma de estimular sua autonomia em relação a muitas políticas e hierarquias de poder impostas pelos países colonizadores¹².

¹² “Se podría decir que Occidente establece una sociabilidad de inclusiones abstractas sobre la base de exclusiones concretas y cotidianas. Pueden ser disfrutados por quienes se mueven en el modo de vida capitalista hegemónico y desde arriba, desde los espacios de poder que privilegian su disfrute y sin que se ignore que pueden ser amenazados, pero tienen que ser demandados mediante la lucha y la resistencia, junto con otras reivindicaciones de dignidad, por quienes se les niega condiciones de vida dignas equivalentes o diferenciadas del orden moderno burgués y colonial” (Rubio, 2015, p. 189).

Em defesa do pensamento latino-americano, Walsh (2019, p. 27) introduz o conceito de interculturalidade para se pensar estratégias decoloniais. A proposta de interculturalidade¹³ idealizada pela autora trata a possibilidade de se construir outro imaginário social que permita criar e pensar condições de organização, saberes e modos de vida com base nas experiências indígenas, por exemplo. Como sustenta a autora, a afirmação da diferença como aquilo que pode ser identificado como exterior à modernidade, pode significar uma importante reestruturação das relações coloniais, levando a outros paradigmas de existência e produção de conhecimentos com base em experiências latino-americanas.

Desse modo, assinala-se um pensamento que orienta o programa do movimento nas esferas política, social e cultural, enquanto opera afetando (e decolonizando) tanto as estruturas e os paradigmas dominantes quanto a padronização cultural que constrói o conhecimento "universal" do Ocidente, valorizando os conhecimentos especialmente dos povos que habitavam as regiões latino-americanas antes do período de colonização¹⁴ (Walsh, 2019, p. 16).

As práticas transformadoras ocorrendo na América Latina, especialmente nos últimos trinta anos, impulsionam ainda mais as razões para o distanciamento da tradição eurocêntrica. Em um contexto geral de América Latina, as lutas mais avançadas foram protagonizadas por grupos sociais indígenas, camponeses, afrodescendentes, piqueteiros, desempregados, cuja presença na história sequer foi reconhecida pela cultura eurocêntrica (Santos, 2010, p. 17).

Esses povos não habitam centros urbanos industriais, vivem nas alturas dos Andes ou nas planícies da região amazônica e expressam suas lutas em suas línguas nacionais, que não foram reconhecidas pelo eurocentrismo. O mais interessante a destacar é que esses povos não lutam por reconhecimento de direitos humanos ou democracia e desenvolvimento

¹³ “Em seu uso, não só no Equador, mas em toda a região andina, o termo, basicamente, refere a diversidade da sociedade e a necessidade de manter ‘a unidade na diversidade’. Na prática, tem significado, nos anos recentes, uma concessão à diversidade no ‘uni’ ou Estado-nação singular – a diversidade na unidade” (Walsh, 2019, p. 21).

¹⁴ “O que é importante destacar aqui não é somente o que o conceito de diferença colonial oferece para a interculturalidade, mas o que a prática da interculturalidade acrescenta aos conceitos de ‘diferença colonial’ e ‘colonialidade do poder’. Em suma, a interculturalidade é um paradigma ‘outro’, que questiona e modifica a colonialidade do poder, enquanto, ao mesmo tempo, torna visível a diferença colonial. Ao agregar uma dimensão epistemológica ‘outra’ a esse conceito - uma dimensão concebida na relação com e através de verdadeiras experiências de subordinação promulgadas pela colonialidade - a interculturalidade oferece um caminho para se pensar a partir da diferença e através da descolonização e da construção e constituição de uma sociedade radicalmente distinta. O fato de que esse pensamento não transcenda simplesmente a diferença colonial, mas que a visibilize e rearticule em novas políticas da subjetividade e de uma diferença lógica, torna-o crítico, pois modifica o presente da colonialidade do poder e do sistema-mundo moderno/colonial” (Walsh, 2019, p. 27)

(pensados para a realidade europeia), suas lutas são marcadas pela busca de dignidade, respeito, autogoverno, o *buen vivir* e a *Madre Tierra* (Santos, 2010, p. 17).

Com efeito, a teoria eurocêntrica de conhecimento foi construída em alguns países europeus, como Alemanha, Inglaterra, França e Itália, com o objetivo de influenciar o conhecimento da região sul do mundo. Entretanto, as lutas mais inovadoras e transformadoras vêm ocorrendo no Sul em realidades sociais, políticas e culturais muito distintas. Existe uma distância epistemológica muito grande entre a teoria eurocêntrica e a prática latino-americana, sobretudo porque os movimentos do continente latino-americano constituem suas reivindicações baseadas em conhecimentos ancestrais, populares e espirituais que sempre foram refutados à cientificidade própria do eurocentrismo (Santos, 2010, p. 19).

Ao contrário de um conhecimento monopolista eurocêntrico, a proposição do campo da ecologia dos saberes é característica da obra de Boaventura Souza Santos (2010, p. 52), que apresenta esta categoria provida de uma consistência epistemológica, para um pensamento latino-americano pluralista e propositivo. A ecologia dos saberes aparece na obra do autor inclusive como um ideal de resistência ao capitalismo, diretamente aos povos que vivem na periferia do mundo, onde a dominação cultural e colonial são as mais visíveis. Essa perspectiva indica o rompimento com as formas de conhecimento exclusivamente europeias.

Essa tentativa de um “giro decolonial” consiste no desprendimento das forças de categorias de pensamento da colonialidade do saber que justificam a retórica da modernidade, do progresso e da gestão “democrática” imperial. Conforme a colonialidade do poder e do saber se acentuam sobre o racismo e o patriarcalismo, os movimentos sociais de identidade na América Latina surgem como respostas contundentes a essa dominação (Mignolo, 2006, p. 16).

Na medida em que se projeta essa nova perspectiva a partir dos países latino-americanos, por meio de processos de ruptura epistemológica com o pensamento europeu cultural dominante, vislumbram-se alternativas para o fortalecimento desse continente também em termos preservação ambiental, já que, dos povos nativos latino-americanos, ao contrário de um contexto antropocêntrico europeu, a relação de pertença e cuidado com o planeta alcança visões e ações muito distintas da realidade exploração e consumo característicos do capitalismo¹⁵.

¹⁵ Nesse sentido, as ideologias expressas pela Constituição do Equador, trazem subsídio para se repensar os temas atinentes às questões ambientais por meio do *Buen Vivir* e do ecocentrismo, pois buscam a preservação

Mesmo porque, o modo de vida dos povos originários da América Latina e o sistema capitalista são essencialmente incompatíveis, porquanto a equilibrada harmonia entre os seres humanos, os demais seres vivos e a natureza opõem-se diretamente à lógica capitalista que torna algumas vidas descartáveis pela incessante exploração (Mignolo, 2007, p. 39).

Considerada a grande parcela de importantes recursos naturais que se encontram na América Latina, como é o caso da Amazônia, das reservas de água doce, dentre outros, um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo continente latino-americano é a crescente influência e busca pelo controle da região pelo Norte global. O interesse se explica pelo fato de que, além da abundância dos recursos naturais, os ecossistemas e serviços ambientais encontrados nessa região se tornaram muito valiosos. Nesse sentido, somente com a ação unitária da América Latina a região poderá melhor atender seus interesses e proteger seus recursos naturais (Estenssoro, 2019, p. 184).

Feitas as considerações acerca da importância do rompimento com a perspectiva eurocêntrica de conhecimento, que mantém seu poder de dominação nos países latino-americanos e, traçadas as características fundamentais de um pensamento decolonial em busca dos caminhos para essa ruptura, no próximo tópico, a partir de todas essas conexões, a abordagem irá contextualizar como o fortalecimento das lideranças da América Latina pode contribuir com a preservação do ecossistema amazônico.

A importância das organizações e lideranças latino-americanas para a preservação da Amazônia

De fato, com a imagem apocalíptica da chegada de uma crise ambiental global, bem como com a crescente divulgação de intensas queimadas ocorridas na Amazônia brasileira nos últimos anos e documentadas no primeiro ponto deste trabalho, os olhos e interesses do

da vida de todos os seres. Destaca-se a lição de Aquino (2015, p. 215-216): “Na cosmovisão andina tudo tem vida. O tempo precisa dialogar entre Passado, Presente e Futuro. Possibilita a amplitude e compreensão do *Buen Vivir*. Por esse motivo, a desejada integração entre os povos sul-americanos tem como ponto de partida esse valor fundamental: a vida que é onipresente em todos e tudo e se desdobra com múltiplos significados no tempo. Nessa linha de pensamento, a Sustentabilidade se manifesta pela ternura da *Pachamama* que abriga todos os seres no seu interior e oportuniza essa integração entre seres humanos e a natureza. Viver e conviver são as estratégias com base nas quais perpetuam-se os diálogos entre a trindade indivíduo-sociedade-espécie e a Terra descritos, microscopicamente, na América do Sul. Essa é a busca pelo equilíbrio e harmonia naquilo que se torna fundamental, comum ao bem viver de todos com tudo”.

mundo todo têm voltado sua atenção ao ecossistema amazônico, principalmente se considerada sua importância para a vitalidade do planeta.

Não é difícil de compreender o porquê da preocupação com a preservação da Amazônia, já que a posição adotada pelo Brasil em anos recentes, que detém a maior parte da floresta amazônica em seu território, sobretudo nos discursos oficiais do então Presidente da República Jair Bolsonaro, negava a importância da Amazônia como patrimônio comum da humanidade, bem como defendia a atuação do governo brasileiro e justificava sua posição com base na soberania do Estado (G1, 2019).

Nesta toada, em sua fala na última Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2019, o ex-presidente brasileiro negou que a Amazônia estivesse ameaçada, reafirmou sua política nacionalista e disse que a floresta estava "praticamente intacta" (Mazui; Matoso, 2019). Obviamente, a forma relapsa como esta gestão brasileira vinha encarando as questões atinentes à proteção da Amazônia significou um forte impulso às intenções de outros países em se apoderar desse vasto território.

As consequências dessa lógica do atual sistema, centrada no Estado, para a qualidade da proteção do ambiente são graves e de longo alcance. O foco na soberania territorial leva a uma dominação dos países pobres pelos ricos, dos interesses de hoje sobre os de amanhã e das necessidades humanas sobre as necessidades ambientais. Essa "lógica de autoextermínio" está fadada ao fracasso e deve ser substituída por uma lógica diferente (Bosselmann, 2015, p. 202).

Dessa forma, pode-se perceber que, como a proteção dos recursos ambientais é assunto que não diz respeito somente aos interesses dos Estados, reforça-se a importância de fortalecer lideranças locais da América Latina para a efetiva proteção do ecossistema amazônico. A proposição de enfrentamento da "crise" sob a perspectiva de um pensamento latino-americano reivindica a tomada de decisões por meio do protagonismo desses países em detrimento do poder hegemônico europeu e norte-americano¹⁶.

¹⁶ "Essa perspectiva de enfrentamento da crise assinala que o grande problema, por exemplo, que não é que haja muitos seres humanos que possam arrasar os recursos naturais, como a água doce. O problema é que o consumo de água doce está muito mal distribuído e, enquanto os mais pobres têm sérias dificuldades para seu acesso, os mais ricos a desperdiçam. O mesmo pode-se dizer que ocorre com as imagens que se difundem de que o planeta está abarrotado de seres humanos. Todavia, enquanto algumas pessoas têm milhares de hectares de parques naturais para seu exclusivo usufruto, outros milhões de seres humanos têm de viver em condições sub-humanas" (Estenssoro, 2019, p. 181).

Outro modo de encarar esse contexto de crise pode advir de inúmeras iniciativas de povos indígenas e de projetos da sociedade civil, de organizações não governamentais, de líderes ativistas, dentre outros exemplos, que lutam incansavelmente ao longo da história pela preservação das reservas naturais da América Latina e particularmente da Amazônia. Esses projetos têm grande importância e significativos resultados, porém, são pouco divulgados.

Como exemplificação, o cacique kayapó Raoni Metuktire, recentemente indicado ao Nobel da Paz, é conhecido internacionalmente desde os anos 1980 pela defesa dos povos indígenas e pela luta contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Em maio de 2019, Raoni viajou pela Europa em busca de apoio para a defesa da Amazônia e esteve com o Papa Francisco e o presidente francês, Emmanuel Macron. Uma das principais lutas do cacique atualmente é contra os incêndios na floresta amazônica, provocados principalmente pelas mineradoras, fazendeiros, madeireiros e grileiros na região (El País, 2019).

Nesse mesmo sentido, é importante citar a experiência decorrente da Iniciativa MAP - mobilização social transfronteiriça para gestão do desenvolvimento sustentável na Amazônia Sul, realizada entre Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). A partir de trabalhos de planejamento e execução das obras da Rodovia do Pacífico, para integração do Brasil, Bolívia e Peru, no cenário da Amazônia, a população local, bem como camponeses, indígenas, universidades, pesquisadores e organizações da sociedade civil se reúnem em um movimento reivindicando o direito de participar de decisões sobre o desenvolvimento da região (Staffen, 2018, p. 103).

Inspirada em ideais de direitos humanos e desenvolvimento sustentável, o trabalho da MAP, ao centrar sua preocupação com a preservação da Amazônia, tem atuação para além das faculdades estatais. A MAP, ainda, participa materialmente de ações de cooperação, colaboração e integração dos países da Amazônia Sul-Occidental. Observa-se que essa iniciativa possibilita deliberações além das fronteiras, além do Estado, para os indivíduos (Staffen, 2018, p. 103-104).

Há inúmeros exemplos de lideranças indígenas que lutam pela preservação da Amazônia¹⁷. A jovem Yakawilu Juruna, conhecida como Anita, é uma líder indígena brasileira de

¹⁷ Em entrevista concedida à jornalista da Globo, Iara Pinheiro, a líder indígena Sônia Guajajara, da Terra Arariboia no Maranhão, relata sobre como a extração da madeira e a expansão da agricultura afetam as populações indígenas: “É uma pressão diária. Poucas pessoas entendem a relação do indígena com a terra. Não veem que, para garantir a cultura, a gente precisa dessa terra. Não um lote ou uma fazenda, mas o conjunto do que ela é. A cultura indígena depende do sol, da água, da terra, do ar, do vento... É a partir dos elementos da natureza que

18 anos que luta pelo meio ambiente e por sua própria sobrevivência. A líder indígena vive na Aldeia de Muratu, às margens do rio Xingu, a dez quilômetros da usina hidrelétrica de Belo Monte que, desde que começou a ser construída, em 2011, ameaça o ecossistema local. Atualmente, uma das principais lutas de Anita é para que outro grande empreendimento, a mineradora canadense *Belo Sun*, não se instale em seu território. Os jovens indígenas do Xingu também fundaram um movimento objetivando desenvolver estratégias de pressão sobre o governo para que exista um compromisso de preservação das matas e das vidas humanas (El Pais, 2019).

Outra iniciativa que merece destaque é uma formação inédita, chamada Amazônia Centro do Mundo, que se reuniu em novembro de 2019 para criar uma aliança pela preservação do ecossistema. O movimento reúne lideranças indígenas, cientistas ambientais, líderes quilombolas, arqueólogos e ativistas ambientais de diversas partes do mundo e tem como objetivo barrar a destruição da floresta e dos povos da floresta, hoje dominada por predadores de toda ordem, como grandes corporações de mineração e o agronegócio insustentável (Ihu Unisinos, 2019).

Nas décadas de lutas indígenas em prol da Amazônia, inúmeros líderes perderam suas vidas. Esse é, por exemplo, o caso de Paulo Paulino Guajajara, conhecido como Lobo Mau, vítima de homicídio em novembro de 2019. Ele era conhecido como guardião da floresta, responsável por denunciar e fiscalizar as invasões na mata. Esses crimes são pouco divulgados e ficam em uma espécie de zona cinzenta em que poucas pessoas têm acesso (El Pais, 2019).

Há, no Brasil, cerca de um milhão de indígenas de mais de 250 etnias distintas vivendo em 13,8% do território nacional. Em meio às ameaças de violência, riscos de perda de direitos em decorrência da pressão dos latifundiários, mineradoras e usinas, eles promovem sua sobrevivência baseada na extração sustentável de sementes como o cumaru e a castanha, além da venda de produtos artesanais, mel e pimenta. Em menor escala, a forma de produção indígena é muito diferente da exploração industrial que provoca impactos ambientais irreversíveis. Cabe destacar que as lideranças indígenas diariamente arriscam sua vida na

temos nossas inspirações e sabedorias. Tudo que vem com o desenvolvimento é uma ameaça. Não é que sejamos contra, mas queremos que aconteça respeitando os nossos direitos, e isso dificilmente acontece. Com o desmatamento, acontecem conflitos e nem dentro da nossa terra temos mais liberdade. Os grandes empreendimentos e o agronegócio estão ditando as regras e passando por cima de qualquer direito em nome de um progresso que ninguém sabe onde vai dar. Só preservando conseguimos manter o equilíbrio da natureza. Quando lutamos por terra, estamos cuidando de todo mundo. E isso as pessoas não sabem” (Ihu Unisinos, 2016).

proteção da Amazônia e sofrem perseguições por capangas, latifundiários e empresas (Ihu Unisinos, 2018).

Além disso, é importante destacar o papel dos líderes quilombolas na Amazônia, onde vivem cerca de 150 comunidades. A líder quilombola Tatiana é reconhecida por ser uma das impulsionadoras de uma carta assinada pela Rede de Mulheres Negras da Amazônia que chegou até Brasília, em 2018, e conseguiu frear um projeto de construção de um porto graneleiro às margens do rio Amazonas, que desembocaria em comunidades quilombolas. Por muito tempo Tatiana sofreu perseguições e ameaças políticas, resistindo até hoje na luta pela preservação da Amazônia (El Pais, 2019).

Ao contrário da posição e da gestão do anterior governo brasileiro em torno das questões que circundam o ecossistema da Amazônia, o alerta do presente estudo é justamente no sentido de que o fortalecimento dessas lideranças locais pode representar muito em termos de efetividade no combate aos incêndios e ao desflorestamento da mata. A perda de biodiversidade ocorrida em 2019 apresenta danos irreversíveis e os desmatamentos precisam ser controlados.

Infelizmente, o resgate de um sentimento de identidade com os povos latino-americanos e indígenas é escasso no Brasil¹⁸, já que a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete (Quijano, 2005, p. 118). Em outras palavras, enquanto existir esse apego à colonialidade do saber ou enquanto inexistir um pertencimento em relação aos povos latino-americanos e suas origens, em que se reconheça a importância dessas lideranças locais para a preservação da Amazônia, dificilmente haverá efetividade nos projetos de preservação da natureza.

Tanto as perspectivas de preservação dos ecossistemas locais como a abordagem mais ampla relativa à sustentabilidade¹⁹ indicam a necessidade de articulações de ações a serem efetivadas em todos os níveis: local, regional, nacional e global. A sustentabilidade,

¹⁸ Nesse aspecto, cabe ressaltar que em 28 de novembro de 2019 entidades de direitos humanos denunciaram o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, ao Tribunal Penal Internacional, pela prática de crimes contra a humanidade e incitação ao genocídio indígena (Conjur, 2019).

¹⁹ “O grande propósito se resume nisso: criar um modo sustentável de vida. A concepção de sustentabilidade não pode ser reducionista e aplicar-se apenas ao crescimento/desenvolvimento, como é predominante nos tempos atuais. Ela deve cobrir todos os territórios da realidade, que vão das pessoas, tomadoras individualmente, às comunidades, à cultura, à política, à indústria, às cidades e principalmente ao planeta terra com seus ecossistemas. Sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e das futuras gerações” (Boff, 2012, p. 16).

nesse sentido, deve ser pensada numa perspectiva global, além dos governos locais, envolvendo todo o planeta, “[...] fazendo que o bem de uma parte não se faça à custa do prejuízo da outra. Não é possível garantir a sustentabilidade de uma porção do planeta deixando de elevar, na medida do possível, as outras partes ao mesmo nível ou próximo a ele” (Boff, 2012, p. 17).

Evidentemente temas como a importância da Amazônia deixam inequívoca a necessidade de enfrentar conjuntamente esse problema, dado que a biosfera funciona como um único e grande ecossistema. Todavia, além de manifestações de discursos em defesa da sustentabilidade, é preciso definir bases de integração e cooperação, em um planeta marcado por crescentes desigualdades e profundas assimetrias de poder.

A Amazônia, no atual panorama de desmatamento, carece de uma estrutura sólida para a sua proteção. A preservação desse ecossistema deve ser interesse de todos, por isso, sugere-se que, ao lado dos Estados, toda a comunidade tenha legitimidade e participação para sua preservação.

Para a garantia de preservação da biosfera de um futuro incerto, a participação dos líderes locais e da comunidade na tomada de decisão é de suma importância. De modo especial, a gestão ambiental democrática é um potencial convite para a ação dos cidadãos preocupados com suas condições de existência. De fato, o equilíbrio da Terra e dos ecossistemas para que o planeta continue sendo um lugar habitável é responsabilidade de todos. Portanto, compreendida a incapacidade do Estado de exercer liderança frente à crise ambiental, entende-se que o engajamento e a participação de todos serão muito mais efetivos para a preservação do ecossistema amazônico.

Considerações finais

Os fundamentos teóricos apresentados nesse estudo demonstram a necessidade de se repensarem e se reorganizarem algumas questões atinentes à colonialidade e à forte influência dos países do Norte Global na América Latina. Nessa toada, o continente latino-americano, que possui importantes recursos naturais em seu território, como é caso da Amazônia, deve desenvolver estratégias decoloniais para a preservação de seus ecossistemas.

No contexto da crise ambiental global, o ecossistema amazônico é relevante, por possuir as maiores coberturas vegetais do planeta e, dentre outros motivos, ser considerado o

“pulmão do mundo”. Conforme restou caracterizado, a Amazônia tem sido alvo de crescentes desflorestamentos, especialmente se considerada a forma como a gestão brasileira atuou a partir do ano de 2019.

Por isso, no decorrer do estudo, assinalou-se a importância de se fortalecerem as lideranças locais e, principalmente, indígenas que, no decorrer dos anos, têm lutado incansavelmente pela preservação da Amazônia em praticamente toda sua extensão. Com isso, verifica-se que os países latino-americanos devem se fortalecer e se integrar na defesa dos importantes ecossistemas estratégicos à manutenção da vida na Terra presentes na região.

Finalmente, verificou-se que a hipótese de pesquisa foi corroborada. Ou seja, o fortalecimento de lideranças locais e de estratégicas com ênfase nos países latino-americanos constitui um projeto viável para a preservação do ecossistema amazônico. Nesse sentido, pondera-se que, além da atuação dos Estados, é importante que sejam articulados o fortalecimento e a integração das demais estruturas e organizações dos países da América Latina, para que desenvolvam suas estratégias de preservação de forma mais contundente.

Referências bibliográficas

AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de. A importância da Sustentabilidade como critério de desenvolvimento do constitucionalismo Latino-americano. *In*: AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de; DE BASTIANI, Ana Cristina Bacega. *As andarilhagens da Sustentabilidade no Século XXI*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

BBC, News. *Danos do óleo no litoral do Nordeste vão durar décadas, dizem oceanógrafos*. 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50131560>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

BEZERRA, Joana. A Amazônia na Rio+20: as discussões sobre florestas na esfera internacional e seu papel na Rio+20. *Cadernos EBAPE*. v.10, p. 533-544, 2012.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é - o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOSELMANN, Klaus. *O princípio da sustentabilidade: transformando direito e governança*. Tradução de Phillip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

CONJUR, Consultor Jurídico. *Entidades de direitos humanos denunciam Bolsonaro por crimes contra a humanidade*. 2019. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2019-nov-28/bolsonaro-denunciado-crimes-humanidade-tpi>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

EL PAIS, Brasil. *A Amazônia também é negra*. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574164761_425337.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

EL PAIS, Brasil. *Aquecimento global trará mais migrações, doenças e fenômenos extremos*. 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/16/eps/1568633180_345386.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

EL PAIS, Brasil. *Assassinato de líder Guajajara abala comunidade indígena e Moro garante que PF vai investigar*. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/02/politica/1572726281_632337.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

EL PAIS, Brasil. *Cacique Raoni ironiza: “Onde está o amigo de Bolsonaro, o Queiroz?”*. 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/18/politica/1574114547_920204.html >. Acesso em: 26 nov. 2019.

EL PAIS, Brasil. *Geração ‘Greta’ da Amazônia luta por sobreviver antes de falar em mudança climática*. 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/24/politica/1574625811_669555.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

EL PAIS, Brasil. *Um dos maiores vazamentos de óleo da Europa mostra como é difícil punir culpados*. 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/24/internacional/1571945976_820332.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ESTENSSORO, Fernando. *A Geopolítica Ambiental Global do Século XXI*. Os desafios para a América Latina. Ijuí: Unijuí, 2019.

FERRAJOLI, Luigi. *A Democracia através dos Direitos: o constitucionalismo garantista como modelo teórico e como projeto político*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

G1. *Aquecimento global vai elevar o nível do mar em até 1 metro em 8 décadas, aponta relatório do IPCC*. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/25/nivel-do-mar-deve-subir-ate-1-metro-em-8-decadas-por-causa-do-aquecimento-global-aponta-relatorio-do-ipcc.ghtml>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

G1. *EUA notificam a ONU e confirmam saída do Acordo de Paris*. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/04/eua-notificam-a-onu-e-confirmam-saida-do-acordo-de-paris.ghtml>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

GERVASONI, Tássia A. *Estado e Direito em trânsito na pós-modernidade*. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

IHU, Instituto Humanitas Unisinos. *Amazônia Centro do Mundo*. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594436-amazonia-centro-do-mundo>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

IHU, Instituto Humanitas Unisinos. *Um milhão de indígenas brasileiros lutam por mais autonomia e buscam alternativas para sobreviver*. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/578127>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

IHU, Instituto Humanitas Unisinos. *Sônia Guajajara, especialista em educação: 'Quando lutamos por terra, cuidamos de todo mundo'*. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/554226-sonia-guajajara-especialista-em-educacao-quando-lutamos-por-terra-cuidamos-de-todo-mundo>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Alertas do DETER na Amazônia em junho somam 2.072,03 km²*. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5147>. Acesso em: 22 nov. 2019.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9.762 km²*. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294>. Acesso em: 27 nov. 2019.

MAZUI, Guilherme; MATOSO, Filipe. *Bolsonaro vai à ONU para falar de Amazônia e soberania*. G1. Brasília, 22 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/22/bolsonaro-vai-a-onu-para-falar-de-amazonia-e-soberania-temas-de-todos-os-antecessores.ghtml>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MIGNOLO, Walter. *El desprendimiento: pensamiento crítico y giro decolonial*. In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter; LINERA, Alvaro Garda. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2006.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Comp.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MILANOVIC, Branko. *A desigualdade no mundo: uma nova abordagem para a era da globalização*. Tradução de Marta Pereira da Silva. Lisboa: Actual, 2017.

OXFAM, Brasil. *Na briga entre Macron e Bolsonaro, ficamos do lado do clima e da Amazônia*. 2019. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/noticias/na-briga-entre-macron-e-bolsonaro-ficamos-do-lado-do-clima-e-da-amazonia/>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E.(org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107 – 129.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RUBIO, David Sánchez. David. Derechos humanos, no colonialidad y otras luchas por la dignidad: una mirada parcial y situada. *Revista Campo Jurídico*. vol. 3, n. 1, 2015. p. 181-213.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Extensión Universitaria, 2010.

STAFFEN, Márcio Ricardo. *Interfaces do direito global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

TONIAL, Felipe Augusto; MAHEIRIE, Kátia; JUNIOR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. *Revista de Psicologia da UNESP*, 2017. p. 18-26.

TOURAINÉ, Alan. *Após a crise. A decomposição da vida social e o surgimento de novos atores não sociais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas*. v. 5, n. 1, 2019. p. 6-39.

WRI, *World Resources Institute* Brasil. *Os países que mais emitiram gases de efeito estufa nos últimos 165 anos*. 2019. Disponível em: <<https://wribrasil.org.br/pt/blog/2019/04/ranking-paises-que-mais-emitem-carbono-gases-de-efeito-estufa-aquecimento-global>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

Amazônia e crise ambiental: perspectivas a partir do pensamento latino-americano

Resumo: O artigo relaciona o desflorestamento da Amazônia com a crise ambiental global e reforça a importância de se desenvolverem estratégias de preservação desse ecossistema baseadas no pensamento latino-americano. O intuito da pesquisa é responder ao seguinte problema: no contexto da crise ambiental global, como as estratégias baseadas no pensamento latino-americano contribuiriam para a preservação da Amazônia? Para tanto, o trabalho objetiva avaliar de que forma as estratégias baseadas no pensamento latino-americano contribuem para a preservação do ecossistema amazônico. A hipótese de pesquisa sugere que o fortalecimento de lideranças locais e de estratégicas com ênfase nos países latino-americanos constitui um projeto viável para a preservação do ecossistema amazônico. Nesse sentido, assinala-se a necessidade de que, além da atuação dos Estados, também sejam articulados o fortalecimento e a integração das demais estruturas e organizações dos países da América Latina, para que desenvolvam suas estratégias de preservação com protagonismo. A pesquisa desenvolveu-se por meio do método dedutivo e da técnica de pesquisa bibliográfica. Ao final, a hipótese de pesquisa foi corroborada, posto que o fortalecimento de lideranças locais e de estratégicas com ênfase nos países latino-americanos constitui um projeto viável para a preservação do ecossistema amazônico.

Palavras-chave: Amazônia; Crise Ambiental; Colonialidade; Pensamento latino-americano.

Amazon and environmental crisis: perspectives from latin american thought

Abstract: The article relates deforestation of the Amazon with the global environmental crisis and reinforces the importance of developing strategies for the preservation of this ecosystem, based on Latin American thinking. The purpose of the research is to answer the following research problem: In the context of the global environmental crisis, how would strategies based on Latin American thinking contribute to the preservation of the Amazon? Therefore, the objective of this work is to evaluate how strategies based on Latin American thinking contribute to the preservation of the Amazonian ecosystem. The research hypothesis suggests that strengthening local and strategic leaders with emphasis on Latin American countries is a viable project for the preservation of the Amazon ecosystem. In this sense, it is pointed out that, in addition to the actions of the states, the strengthening and integration of the other structures and organizations of the countries of Latin America are also articulated, so that they develop their preservation strategies of environmental protection with protagonism. The research was developed through the deductive method and the bibliographic research technique. In the end, the research hypothesis was corroborated, since the strengthening of local and strategic leaders with emphasis on Latin American countries is a viable project for the preservation of the Amazonian ecosystem.

Keywords: Amazon; Environmental crisis; Coloniality; Latin American thinking.

Amazonía y crisis ambiental: perspectivas del pensamiento latinoamericano

Resumen: El artículo vincula la deforestación de la Amazonía con la crisis ambiental global y refuerza la importancia de desarrollar estrategias para la preservación de este ecosistema, basadas en el pensamiento latinoamericano. El propósito de la investigación es responder al siguiente problema de investigación: en el contexto de la crisis ambiental global, ¿cómo contribuirían las estrategias basadas en el pensamiento latinoamericano a la preservación de la Amazonía? Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es evaluar cómo las estrategias basadas en el pensamiento latinoamericano contribuyen a la preservación del ecosistema amazónico. La hipótesis de la investigación sugiere que fortalecer a los líderes locales y estratégicos con énfasis en los países latinoamericanos es un proyecto viable para la preservación del ecosistema amazónico. En este sentido, se señala que, además de las acciones de los estados, también se articula el fortalecimiento e integración de otras estructuras y organizaciones de los países de América Latina, para que puedan desarrollar sus estrategias de preservación con protagonismo. La investigación se desarrolló a través del método dedutivo y la técnica de investigación bibliográfica. Al final, la hipótesis de investigación se corroboró, ya que el fortalecimiento de líderes locales y estratégicos con énfasis en los países latinoamericanos es un proyecto viable para la preservación del ecosistema amazónico.

Palabras clave: Amazon; Crisis ambiental; Colonialidad; Pensamiento latinoamericano.